



Nota de defesa em favor do Rio Tapajós

“30. Enquanto a qualidade da água disponível piora constantemente, em alguns lugares cresce a tendência para se privatizar este recurso escasso, tornando-se uma mercadoria sujeita às leis do mercado.” (Carta Encíclica Laudato Si’ do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Pastoral dos/das Pescadoras (CPP) da Arquidiocese de Santarém vêm por meio desta nota pública expressar nossa profunda indignação e firme oposição aos projetos de privatização com dragagem programados para o Rio Tapajós, que atendem única e exclusivamente aos interesses econômicos privados das empresas multinacionais arrecadadoras de grãos no mundo.

O Rio Tapajós não é um mero canal hidroviário. Sempre foi um sistema de vida, um ser vivo que pulsa, que mantém a floresta, que regula o clima, que abriga uma biodiversidade incomparável e, sobretudo, que sustenta a existência física, cultural e espiritual de povos ribeirinhos e indígenas que há séculos o protegem e dele tiram seus sustentos que garantem suas vidas.

A efetivação deste projeto de morte do Rio Tapajós, planejado pelo governo federal, para atender os interesses dos empresários do agronegócio multinacional, provocará alterações irreversíveis no ecossistema aquático, comprometendo a qualidade da água usada pelas populações nativas. O pescado que é a base alimentar destas populações terá um prejuízo irreparável. As erosões afetarão as áreas de moradia e toda a bela paisagem, motivo de orgulho dos nativos área de uso de atividade turística em nossa região.

Neste sentido, apoiamos e nos juntamos à manifestação pacífica iniciada pelos povos indígenas do Baixo Tapajós em frente à multinacional Cargill, pela defesa da vida e do Rio Tapajós. Estes povos nativos defendem um direito natural, mas também apoiam-se na obrigatoriedade de garantia e respeito a Convenção nº 169 da OIT, onde prevê que os eles sejam escutados antes de qualquer intervenção em seus territórios.

A privatização do Rio Tapajós prevista no Decreto nº 12.600/25, assinado pelo governo federal, abre caminho para as concessões privadas e leilões, o que afeta diretamente os territórios dos povos indígenas e ribeirinhos. Tudo isto feito sem nenhuma consulta prévia as populações nativas. Portanto, a manifestação é legítima e seu objetivo é único: a revogação do Decreto nº 12.600/25

O lucro de algumas empresas não pode se sobrepor à vida de populações inteiras e à integridade de um bioma essencial para o equilíbrio climático global. O Rio Tapajós vale muito mais que o dinheiro que essas empresas querem ganhar. **Suas águas carregam história, identidade, futuro e vidas.**